

SUMÁRIO

Prefeitura de Porto Alegre-RS
Professor - Educação Infantil

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Tipologia textual e gêneros textuais	2
Variedade de textos e adequação de linguagem	6
Figuras e funções da linguagem	6
Estruturação do texto e dos parágrafos	11
Informações literais e inferências	12
Análise global do texto; Coesão e coerência textual	15
Ortografia oficial	17
Relações entre fonemas e grafias	21
Acentuação gráfica	23
Morfologia : Classes de palavras e seu emprego	25
Flexões de palavras	37
Significação de palavras e expressões	41
Estrutura e formação de palavras	43
Estruturas sintáticas. Processos de coordenação e subordinação	45
Concordância nominal e verbal	48
Regência verbal e nominal	50
Equivalência e transformação de estruturas	53
Discurso direto e indireto	55
Colocação pronominal	59
Crase	61
Pontuação	63
Questões	66
Gabarito	82

LEGISLAÇÃO

Constituição da República Federativa do Brasil: Dos Princípios Fundamentais (arts. 1º a 4º)	1
Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º)	2

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Dos Direitos Sociais (arts. 6º a 8º)	10
Da Administração Pública (arts. 37 a 41)	12
Da Educação (arts. 205 a 214).....	22
Lei Federal nº 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.....	28
Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 e suas atualizações (Lei Maria da Penha).....	94
Lei Orgânica do Município de Porto Alegre	106
Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre - Lei Complementar Municipal nº 133/1985	161
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Município de Porto Alegre – Lei Complementar Municipal nº 478/2002.....	203
Lei Municipal 6151/1988 – Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.....	230
Questões	242
Gabarito.....	249

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	1
Plano Nacional de Educação	56
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	59
Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica	91
Decreto Federal nº 11.556/2023 - Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.....	93
Lei Federal nº 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	99
Decreto nº 6.286/2007 - Institui o Programa Saúde na Escola – PSE.....	130
Lei nº 11.947/2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica	133
Lei nº 14.113/2020 - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)	141
Lei Estadual nº 13.474/2010 - Dispõe sobre o combate da prática de “bullying” por instituições de ensino e de educação infantil, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos	164
Lei Municipal nº 11.858/2015 – Institui o Plano Municipal de Educação (PME)	166
Questões	168
Gabarito.....	174

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Avaliação escolar e tipos de avaliação.....	1
Processo ensino e aprendizagem	12

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Currículo e planejamento da ação educativa	18
Psicologia da educação.....	31
Psicologia da educação. Psicologia infantil.....	34
Neurociências e educação	43
História da educação.....	55
Aspectos filosóficos e sociológicos da educação.....	64
Teorias de aprendizagem	67
Tendências pedagógicas	69
Gestão da aprendizagem em sala de aula.....	72
Didática do educador contemporâneo e planejamento da ação educativa.....	85
Educação inclusiva.....	92
Diversidade e direitos humanos	103
Educação ambiental.....	106
Educação para as relações étnico-raciais.....	107
Relação entre educação e saúde.....	113
Mediação da aprendizagem e didática.....	115
Interdisciplinaridade; pluridisciplinaridade; transdisciplinaridade; multidisciplinaridade; metodologias ativas; tecnologias digitais na educação: plataformas educativas, aplicativos e possibilidades em sala de aula; computação plugada e desplugada; temas contemporâneos transversais; temas contemporâneos em educação; desafios da educação contemporânea; escola do futuro: perspectivas e tendências; educação na era digital; cultura digital; cidadania digital	125
Temas contemporâneos transversais.....	147
Regimento escolar.....	158
Gestão educacional ; gestão democrática	164
Políticas educacionais	172
Formação docente.....	186
Aprendizagem por competências. Avaliação por competências	200
Política de tempo integral	200
Questões	205
Gabarito.....	215

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Desenvolvimento infantil.....	1
Aprendizagem na infância	7
Teorias educacionais e concepção pedagógica	11
Currículo e programas.....	18
Acolhimento e adaptação escolar	23

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Dificuldades de aprendizagem	24
Gestão escolar	26
Planejamento da ação educativa na educação infantil	36
Rotina e organização dos tempos e espaços na educação infantil	41
Documentação pedagógica: observação, registros e avaliação	43
Brincar na educação infantil	48
O lúdico na educação infantil	49
Jogos, brincadeiras e cultura da infância	51
Saúde, alimentação, higiene e cuidados essenciais para crianças	53
Projeto político pedagógico	56
Relação escola, família e comunidade	56
Planejamento da ação educativa	63
Inclusão escolar	65
Tecnologias digitais na educação	71
Base nacional comum curricular (bncc)	71
Plano nacional de educação	71
Lei de diretrizes e bases da educação nacional	71
Diretrizes curriculares nacionais da educação básica	71
BNCC-computação: etapa educação infantil	72
Cidadania digital	76
Letramento digital	76
Jornada escolar	78
Tempos e percursos de aprendizagem	83
Proposta pedagógica para a educação infantil de porto alegre - cenários e tempos (2021)	88
Referencial curricular da educação infantil da rede municipal de educação de porto alegre (2025)	89
Leitura e escrita na educação infantil	91
Marcos do desenvolvimento infantil	96
Parâmetros nacionais de qualidade da educação infantil (2024)	100
Questões	106
Gabarito	110

SUMÁRIO



Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”



— Dos Princípios Fundamentais

Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.



A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina o conjunto de competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica — que inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Esse conhecimento pretende assegurar uma formação humana integral com foco na construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Para a primeira etapa da Educação Básica, a escola deve garantir seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todas as crianças tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

Após a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, começaram as discussões visando a melhor forma de implementar as novas diretrizes da BNCC na Educação Infantil de todo o país.

Nessa etapa da Educação Básica, a BNCC define direitos de aprendizagem e os campos de experiências substituem as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental. Em cada campo existem objetivos de aprendizado e desenvolvimento do aluno, em vez de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

É responsabilidade das escolas garantir que seus alunos receberão, em sala de aula, as competências gerais estabelecidas pelo documento. Dessa forma, o cenário educacional nacional se torna mais justo e igualitário para todas as crianças.

O primeiro texto sugerido no projeto foi discutido e elaborado em conjunto com 116 especialistas em educação. A proposta foi aberta à consulta pública até março de 2016, quando foi revisada.

Em maio do mesmo ano, a segunda versão do documento foi divulgada. Quase um ano depois, em abril de 2017, a terceira e última versão foi revelada e apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

No mesmo ano, o CNE preparou audiências públicas em cinco regionais. O objetivo era alcançar colaborações para a elaboração da norma instituidora da BNCC. No dia 15 de dezembro, o projeto foi homologado e seguiu para a aprovação do Ministério da Educação (MEC).

A resolução que orienta e institui a implementação da BNCC na Educação Infantil e no Ensino Médio foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017.

Qual é o prazo para implementação nas escolas?

Existe um comitê especial responsável por acompanhar a implantação da nova base nas escolas públicas e privadas, que deverá ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2020.

Até lá, o grupo de especialistas deve propor debates, discussões acerca dos temas referentes aos desafios da implementação e nortear ações a serem tomadas pelo governo para a concretização do novo currículo.¹

A base curricular do ensino brasileiro tem passado por diversas mudanças, dentre elas, temos a lei a seguir.

Lei nº 13.415/2017

- Altera a LDB
- Altera o Fundeb
- Altera a CLT
- Revoga a Lei 11.161/2005
- Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

1 Fonte: www.educacaoinfantil.aix.com.br



A avaliação educacional é um processo sistemático e contínuo de coleta, análise e interpretação de informações sobre o desempenho dos alunos, das instituições e dos sistemas de ensino. Seu objetivo é fornecer subsídios para a tomada de decisões pedagógicas, administrativas e políticas, visando à melhoria da qualidade da educação.

Ela transcende a simples verificação de conteúdos assimilados, buscando compreender o desenvolvimento integral do estudante, o impacto das práticas pedagógicas e a efetividade das políticas educacionais. Portanto, a avaliação educacional envolve múltiplas dimensões — cognitiva, afetiva e social —, além de abarcar diferentes níveis: sala de aula, escola e sistema.

Avaliação como parte do processo educativo:

A avaliação educacional está intrinsecamente ligada ao processo de ensino-aprendizagem. É por meio dela que se identifica o grau de domínio dos objetivos propostos, as dificuldades dos estudantes e a eficácia das estratégias adotadas pelo professor. Nesse sentido, ela se configura como um instrumento de regulação do processo educativo.

Ela deve, portanto, ser contínua e formativa, permitindo ajustes ao longo do percurso educacional. A prática avaliativa deve ser orientada por princípios de equidade, justiça e inclusão, evitando qualquer tipo de viés discriminatório.

Avaliação diagnóstica, formativa e somativa:

Três grandes funções da avaliação são tradicionalmente reconhecidas no campo educacional:

- **Avaliação diagnóstica:** realizada antes ou no início de um processo de ensino, identifica os conhecimentos prévios dos alunos e possíveis lacunas de aprendizagem. Serve de base para o planejamento pedagógico.
- **Avaliação formativa:** ocorre de forma processual e contínua. Tem como foco o acompanhamento da aprendizagem, possibilitando intervenções pedagógicas imediatas. É uma avaliação voltada para a aprendizagem, e não apenas sobre a aprendizagem.
- **Avaliação somativa:** geralmente realizada ao final de uma etapa (bimestre, semestre, ano), visa aferir os resultados obtidos e comparar com os objetivos previamente estabelecidos. É útil para certificar aprendizagens e promover alunos.

Avaliação institucional e sistêmica:

Além da avaliação em sala de aula, a avaliação educacional compreende também:

- **Avaliação institucional:** voltada à análise do funcionamento das escolas, de seus projetos pedagógicos, da gestão escolar e do clima organizacional. Pode ser interna (autoavaliação) ou externa (realizada por órgãos da administração pública ou entidades independentes).
- **Avaliação sistêmica:** envolve a análise do desempenho de redes de ensino (municipais, estaduais ou federal) por meio de testes padronizados aplicados em larga escala. Exemplo disso são as avaliações promovidas pelo INEP (como o SAEB) ou pelas secretarias estaduais (como o SARESP, em São Paulo).

Bases legais da avaliação educacional:

A avaliação é respaldada por marcos legais, como:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), que em seu art. 24, inciso V, prevê a verificação do rendimento escolar por meio de avaliação contínua e cumulativa.





— Teorias do Desenvolvimento Cognitivo

As teorias do desenvolvimento cognitivo oferecem modelos fundamentais para entender como as capacidades mentais e o pensamento se desenvolvem ao longo da vida. Duas das principais abordagens nesse campo foram elaboradas por Jean Piaget e Lev Vygotsky, que, apesar de possuírem perspectivas distintas, forneceram insights que transformaram o entendimento sobre o desenvolvimento cognitivo, especialmente no contexto educacional.

Teoria de Jean Piaget: Estágios do Desenvolvimento Cognitivo

Jean Piaget (1896–1980), um psicólogo suíço, foi pioneiro na compreensão de como as crianças constroem seu entendimento do mundo. Ele acreditava que o desenvolvimento cognitivo é um processo ativo, em que as crianças interagem com o ambiente, formulam hipóteses, testam-nas e ajustam suas ideias com base nos resultados. Piaget identificou quatro estágios principais de desenvolvimento, cada um caracterizado por novas capacidades cognitivas e diferentes formas de entender a realidade:

Estágio Sensório-Motor (0-2 anos)

Neste estágio, o aprendizado ocorre por meio das interações diretas com o ambiente através dos sentidos e movimentos corporais. O bebê desenvolve a permanência do objeto, que é a compreensão de que os objetos continuam a existir, mesmo quando não estão visíveis. A ausência dessa compreensão faz com que, por exemplo, o bebê perca o interesse em um brinquedo escondido.

Estágio Pré-Operatório (2-7 anos)

Marcado pelo desenvolvimento da linguagem e do pensamento simbólico, neste estágio a criança começa a usar palavras e imagens para representar objetos. No entanto, seu pensamento é ainda limitado pela egocentricidade (dificuldade em ver as coisas de outra perspectiva) e pelo pensamento animista (atribuir vida a objetos inanimados).

Estágio das Operações Concretas (7-11 anos)

Aqui, a criança começa a desenvolver a lógica concreta, conseguindo realizar operações mentais que envolvem objetos reais e situações práticas. Conceitos como conservação (entendimento de que certas propriedades, como quantidade, permanecem as mesmas mesmo quando a forma do objeto muda) e classificação (capacidade de organizar objetos em categorias) são aprendidos.

Estágio das Operações Formais (a partir dos 11 anos)

Este estágio é caracterizado pelo desenvolvimento da capacidade de raciocínio abstrato e hipotético. O adolescente torna-se capaz de pensar sobre ideias complexas, elaborar hipóteses e considerá-las logicamente, mesmo que não estejam diretamente ligadas à realidade. Esse tipo de pensamento permite a resolução de problemas complexos e a formação de ideologias pessoais.

Teoria de Lev Vygotsky: Desenvolvimento Cognitivo e a Influência Sociocultural

Lev Vygotsky (1896 – 1934), psicólogo russo, também estudou o desenvolvimento cognitivo, mas enfatizou a importância do contexto social e cultural nesse processo. Diferente de Piaget, Vygotsky acreditava que o aprendizado antecede o desenvolvimento, e que este ocorre por meio de interações com outras pessoas, especialmente adultos e pares mais experientes. Para ele, o conhecimento é construído a partir de mediações sociais e culturais. Seus principais conceitos incluem: